

IMOL: Excelência e Desafios na Perícia Forense

Por Larissa Maia



EDITORIAL

Compromisso do IMOL com a Ciência e Justiça

Bem-vindos a mais uma edição do nosso COAPES NEWS, onde destacamos os avanços e desafios enfrentados pelo IMOL da PCEPA. Neste mês, trazemos três matérias que exemplificam o esforço contínuo deste instituto pela excelência, a colaboração científica e o compromisso social com a identificação de desaparecidos.

A primeira matéria intitulada “IMOL: Excelência e Desafios na Perícia Forense” expõe o que é o IMOL, sendo este, vital para a segurança pública do Pará, acelerando a resolução de crimes com métodos científicos. Contudo, enfrenta desafios que precisam ser vencidos.

A segunda matéria trata de “Termo de Cooperação Técnica”, que sem dúvida representa um Avanço Científico para a PCEPA. Esta, tem buscado formalizar acordos de cooperação com entidades públicas e privadas, promovendo o crescimento técnico e científico.

Por fim, temos uma matéria sobre o “Programa Cadastro de Cadáveres Não Identificados”. Desde 2010, a COLAF desenvolve o Programa Cadastro de Cadáveres Não Identificados (PCCNI) reduzindo o número de sepultamentos de pessoas não identificadas.

Portanto, todas essas iniciativas reforçam o compromisso da PCEPA com a ciência, justiça e bem-estar social. Agradecemos a todos os profissionais dedicados que fazem da Polícia Científica do Pará uma referência, buscando sempre a excelência e inovação, a serviço da sociedade.

Por José Alberto Sá

O IMOL é uma força auxiliar na segurança pública que integra o processo investigativo, garantindo a justiça social por meios técnicos-científicos que auxiliam na resolutividade de crimes, investigados em conjunto com as forças de segurança. Dessa maneira, a perícia realizada contribui para a celeridade dos processos criminais.

De acordo com o Hinton Barros Cardoso Junior, diretor do IMOL, uma vez que o instituto lida diretamente com pessoas, quando o material de perícia é apresentado, os exames correlatos devem ser realizados de forma relativamente imediata. Após a realização do exame e utilização das técnicas necessárias, os resultados são interpretados e finalizados em forma de laudo, que por sua vez, será apresentado à autoridade solicitante para andamento da ação investigativa.

Dentre os desafios atuais do IMOL, um deles, refere-se ao quadro de médicos legistas e auxiliares técnicos, tanto na capital como no interior. “A reposição de recursos humanos para oferecermos o nosso serviço à população é uma grande necessidade que pretendemos suprir com o próximo concurso”, afirma o diretor do IMOL.

Levando em consideração alguns

parâmetros, a perícia científica do Pará é bem equipada e tecnicamente qualificada, para o Diretor do IMOL, embora a instituição esteja bem posicionada nesse sentido, há uma necessidade de maior divulgação e esclarecimentos, não apenas dos serviços prestados à população, mas também, com a finalidade de desmistificar técnicas que são mostradas nos meios de comunicação de forma estereotipada e que não são executadas na instituição. Dessa maneira, a promoção de ações para que a população conheça o trabalho realizado no IMOL é fundamental.

No que se refere à capacitação, existe uma colaboração em andamento junto a Coordenadoria de Aperfeiçoamento e Pesquisa (COAPES) para a promoção de um Workshop envolvendo a medicina e a odontologia legal. “Vamos trazer profissionais de outros Estados para contribuir de forma mais efetiva, para integrar nossas forças ao país inteiro, a fim de que tenham conhecimento do nosso trabalho e nós daquilo que é realizado fora do Estado”, declara Hinton. Este compartilhamento de conhecimento, visa gerar uma contribuição mútua entre os trabalhos que são realizados no país. Assim, o IMOL caminha para uma atuação ainda mais efetiva e integrada.

Termo de Cooperação Técnica: um Avanço Científico

Por Dr. Mauro Real



Foto: Dr. Mauro Real

A Polícia Científica do Estado do Pará, em sua atual gestão, através Coordenação de Aperfeiçoamento e Pesquisa, deu um grande passo em direção ao aprimoramento técnico e científico da Instituição por meio do estabelecimento do acordo de cooperação formalizado entre o órgão e entidade da Administração Pública e Privada. O acordo tem o objetivo de firmar interesses visando a execução de atividades, projetos, eventos ou qualquer outra demanda que contribua para o crescimento científico.

Este instrumento jurídico irá garantir a homologação, com a assinatura do Termo de Colaboração Técnica, entre as entidades interessadas com objetivo de promover a mútua cooperação técnica-científica entre os participantes e a possibilidade aos alunos do curso de medicina de conhecer melhor as atividades periciais fundamentadas no ensino da disciplina de Medicina Legal.

Neste contexto, as instituições de ensino estarão autorizadas a ministrar atividades acadêmicas, no campo da medicina, nas dependências da sede da Polícia Científica do Estado do Pará, para seus discentes, acompanhados por perito médico legista,

atuando como preceptor. Ficará estabelecido também, que todo recurso necessário, em termos de logística e prática do ensino será da responsabilidade das instituições de ensino.

Por outro lado, caberá a Polícia Científica, além de possibilitar o acesso destes discentes aos setores operacionais do Instituto Médico e Odontologia Legal (IMOL) para realização das práticas integrativas da disciplina, realizar acompanhamento e monitoramento destas atividades.

É imperativo que a reciprocidade se faça acontecer com a contrapartida oferecida pelas Instituições de ensino, médico contratante, tais como: ofertas de cursos de pós-graduação (Lato e Stricto sensu); palestras em diversas áreas médicas, auditórios, laboratórios de informática para treinamento e biblioteca, todos mediante agendamento prévio e disponibilidade.

O referido Termo de Cooperação estabelecerá, de forma bem clara, inúmeras regras de boas condutas, qualidade e eficiência, como garantia da eficácia do ato administrativo, através da sua publicação no Diário Oficial do Estado do Pará. Na possibilidade de não atender os objetivos propostos, será possível rescindir o acordo.

Portanto, normalmente as duas partes deverão fornecer, cada uma, a sua parcela de conhecimento, equipamento, ou até mesmo uma equipe, para que seja alcançado o objetivo acordado, não havendo, contudo, nenhum tipo de repasse financeiro.

O “termo” ou “acordo” de cooperação se diferencia de convênios, contratos de repasse e termos de execução descentralizada, pelo simples fato, de não existir a possibilidade de transferência de recursos entre os partícipes. Trata-se de um processo no qual indivíduos ou grupos trabalharão juntos, de forma colaborativa, visando alcançar objetivos comuns.

O passo foi dado, em direção ao intercâmbio de experiências, que permita e impulse o desenvolvimento técnico e científico dentro da Polícia Científica do Estado do Pará, mediante parcerias, que agregam este propósito, e caminhem juntas, em prol do futuro da medicina pericial, em nosso País e mais especificamente no Estado do Pará.

Programa Cadastro de Cadáveres Não Identificados

Por Larissa Maia

A Coordenação de Odontologia Legal a Antropologia Forense (COLAF), da Polícia Científica do Pará (PCEPA), foi responsável pela criação, em 2010, do Programa Cadastro de Cadáveres Não Identificados (PCCNI). O Programa tem como objetivo reduzir o número de sepultamento de pessoas não identificadas, contribuindo para a garantia de seus direitos.

De acordo com um artigo desenvolvido pela perita criminal odontologista e coordenadora da COLAF, Maria Betânia Lisboa, e pela perita criminal Denise Lisboa, o desaparecimento de pessoas é uma questão pertinente no país, uma vez que cerca de 80 mil boletins de ocorrência a cada ano, desde 2017, são registrados alegando esta situação. Esses desaparecimentos podem ocorrer por alguns motivos, seja voluntariamente pela pessoa que desaparece, por acidentes,

sequestros, violência e muitos outros. Quando isto ocorre, um dos locais onde os familiares buscam por informações de seus entes é o IMOL.

O PCCNI passou a atuar, em 2019, juntamente com a Diretoria de Identificação Enéas Martins (DIDEM) e da Polícia Civil (PC), dessa forma, foi possível contribuir com o Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos (SINALID) através do Ministério Público Estadual. O Programa também conta com a colaboração de assistentes sociais da instituição que realizam a busca de familiares dos cadáveres com o auxílio da fiha de identificação civil. Dessa forma, é possível buscar por informações de conhecidos do cadáver, ou dos próprios familiares que serão fundamentais na sua identificação. O processo de identificação é realizado a partir da comparação e

reconhecimento de dados que são fornecidos por familiares e daqueles que estão cadastrados no programa. Dessa maneira, quando o IMOL recebe um cadáver, após 48 horas, é realizado um levantamento das características do mesmo em um formulário que ficará armazenado na COLAF. Por outro lado, quando os familiares chegam ao IMOL em busca de seus entes, também preenchem um formulário com as informações necessárias para a identificação.

Assim, as informações da pessoa antes de sua morte, os exames realizados no cadáver, e a comparação de evidências após a morte com àquelas antes disto, foram as três etapas são feitas para que se dê o processo de investigação.

Quando as comparações são realizadas e os casos apontam para “positivo”, ou seja, quando há compatibilidade das informações cadastradas e a identificação é então confirmada, há a realização de entrega do cadáver à família após os procedimentos administrativos necessários. No entanto, as informações podem também não ser compatíveis, então estes casos são considerados “negativos”, que significa que não houve identificação. Neste caso, uma publicação em jornal é realizada, e após os prazos legais o sepultamento é realizado.

Uma vez que todo cidadão tem direito a identidade e cidadania, o trabalho realizado pela COLAF é de



COAPES em Ação

Realização do Workshop COAPES Entomologia Forense

Por Edilan Sena



No dia 26/04, a COAPES promoveu o Workshop de Entomologia Forense, um evento de grande sucesso que reuniu servidores da PCEPA, estudantes da UFPA e UNAMA e especialistas da área. O objetivo do workshop foi aprofundar os conhecimentos e aperfeiçoar as habilidades dos participantes na aplicação da entomologia como ferramenta na perícia criminal. Através de palestras ministradas por especialistas renomados, os participantes puderam se atualizar sobre as últimas técnicas e metodologias utilizadas na área.

A Dra. Izaura Vallinoto (UFPA) abordou a importância da entomologia na investigação de crimes e na estimativa do tempo de morte. O Dr. Inocêncio Gorayeb (MPEG) destacou a relevância da padronização de protocolos e da criação de coleções para auxiliar nas investigações. O Biólogo Franklin Nascimento (IPCM) explorou o potencial da análise de insetos para identificar a presença de substâncias tóxicas em cadáveres. O Workshop de Entomologia Forense contribuiu significativamente para a atualização e o aperfeiçoamento dos participantes na área.

Certificação: Especialização em Gestão de Segurança Pública e Perícia Criminal

Por Larissa Maia



No dia 17/04, no auditório do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS) ocorreu a certificação de 39 servidores referente à especialização intitulada “Gestão do Conhecimento e Segurança Pública e Perícia Criminal”. O curso é de grande relevância para a atuação, na Polícia Científica do Pará (PCEPA), de todos os servidores que tiveram esta oportunidade. No evento estiveram presentes o Secretário de Segurança Pública Ualame Machado e o Diretor Geral da PCEPA, que destacou a responsabilidade que estes servidores terão nas tomadas de decisões na autarquia. A matéria completa, está disponível no QRcode ao lado.

Estado forma especialistas em
Gestão de Segurança Pública e
Perícia Criminal



Capacitação

Data: 27/05 Local: Unidade Regional de Castanhal

Minicurso: Procedimento Operacional Padrão (POP)

Palestrante: PC Teresinha Palha

Horário: 09h às 12h

Palestra: Portaria de visitas técnicas

Palestrante: PC José Alberto Sá

Horário: 14h às 15h

Palestra: A ênfase das evidências em locais de crimes de feminicídio

Palestrante: PC Yara Lúcia Jennings

Horário: 15h às 17h

Workshop IGEPPS

Ministrantes: DPC. Hennison Azevedo, PC Francisco dos Santos Marcelo

Rodrigues, Marcella Takeshita, Josi Andrade e Luísa Porto.

Data: 28/05 (09h às 12h)

Local: Unidade Regional de Castanhal

Workshop COAPES: Cadeia de custódia procedimentos internos

Ministrantes: PC José Alberto Sá, PC Mário Francisco Guzzo Junior,

PC Lucila Helena de Almeida

Data: 29/05 (09h às 12h)

Local: Auditório Alfredo Machado SEDE - PCEPA/BELÉM

Corpo Editorial

José Alberto Sá; Susy Silva; Larissa Maia; Edilan Sena; Waldemar Cardoso Neto; e Amanda Monteiro